

Para uma Igreja sinodal Comunhão, participação, missão

Documento Final em resumo

Agenor Brighenti

Cadernos de Estudo OLS N.º 005 | Dezembro de 2024



Observatório
Latino-americano
da Sinodalidade

Para uma Igreja sinodal Comunhão, participação, missão

Documento Final em resumo

Agenor Brighenti



Observatorio
Latinoamericano
de la Sinodalidad

Cadernos de Estudo OLS N.º 005 | Dezembro de 2024

Cadernos de Estudo OLS • No. 005 • Dezembro de 2024

ISBN: 978-9915-9699-4-7

Título original: *Para uma Igreja sinodal. Comunhão, participação, missão. Documento Final em resumo.*

* * *

Conselho Observatório Latino-Americano da Sinodalidade

Agenor Brighenti

Silvia Cáceres

Edward Guimarães

Moema Miranda

Alejandro Ortiz

João Décio Passos

Carlos Schickendantz

Consuelo Vélez

Autor

Agenor Brighenti

Direção editorial

Óscar Elizalde Prada

Rosario Hermano

Revisão de estilo

Óscar Elizalde Prada

Projeto gráfico

Giovanny Pinzón Salamanca

Design e layout

Milton Ruiz Clavijo

Capa:

Milton Ruiz Clavijo

© 2024, Observatório Latino-Americano da Sinodalidade

Juana de Arco 3324 – CP 11700

Montevideo – Uruguay.

Telefone: (598) 99 177 138

E-mail: observatoriosinodalidad@gmail.com

www.observatoriosinodalidad.org

O Observatório Latino-Americano da Sinodalidade é liderado pela Fundação Amerindia e apoiado pela Porticus. Esta publicação pode ser reproduzida com citação da fonte.

Sumário

Introdução.....	6
Parte I. Chamados pelo Espírito Santo à conversão	9
Parte II. A conversão das relações	14
Parte III. A conversão dos processos.....	21
Parte IV. A conversão dos vínculos.....	26
Parte V. Formar um povo de discípulos missionários.....	33

A Segunda Sessão da Assembleia Sinodal redigiu um *Documento final*, que faz o balanço de todos os passos dados até agora. Recolhe algumas convergências importantes que surgiram na Primeira Sessão, as contribuições vindas das Igrejas nos meses entre a Primeira e a Segunda Sessões, e o que amadureceu, especialmente através da conversação no Espírito, durante a Segunda Sessão.

A elaboração do *Documento final* é guiada pelos relatos evangélicos da Ressurreição. Contemplando o Ressuscitado, vimos os sinais das suas feridas, transfiguradas por uma nova vida e gravadas para sempre na sua humanidade. Estas feridas continuam a sangrar no corpo de tantos irmãos e irmãs. Fixar o olhar no Senhor não afasta dos dramas da história, mas abre os olhos para reconhecer o sofrimento que nos rodeia e nos atravessa.

O texto, assumido pelo Papa como integrante do magistério pontifício, é composto por cinco partes: Chamados pelo Espírito Santo à conversão (Parte I), A conversão das relações (Parte II), A conversão dos processos (Parte III), A conversão dos vínculos (Parte IV) e a Formar um Povo de discípulos missionários (Parte V).

Para uma Igreja sinodal Comunhão, participação, missão

Documento Final em Resumo

Introdução

A elaboração do *Documento final* é guiada pelos relatos evangélicos da Ressurreição. Contemplando o Ressuscitado, vimos os sinais das suas feridas, transfiguradas por uma nova vida e gravadas para sempre na sua humanidade. Estas feridas continuam a sangrar no corpo de tantos irmãos e irmãs. Fixar o olhar no Senhor não afasta dos dramas da história, mas abre os olhos para reconhecer o sofrimento que nos rodeia e nos atravessa.

Desde 2021, pusemo-nos à escuta do Povo de Deus nas nossas dioceses, seguida das etapas nacional e continental, na circularidade de um diálogo constantemente relançado pela Secretaria Geral do Sínodo, através de documentos de síntese e de trabalho. Depois vieram duas Assembleias com representantes da Igreja inteira, junto ao Papa.

Todo o caminho sinodal, enraizado na Tradição da Igreja, realizou-se à luz do magistério conciliar. O Concílio Vaticano II foi uma semente lançada no campo do mundo e da Igreja. E o caminho sinodal está pondo em prática aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja como Povo de Deus. Neste sentido, constitui um

passo a mais na recepção do Concílio, prolongando a sua inspiração e relançando a sua força profética para o mundo de hoje.

Não escondemos que experimentamos em nós o cansaço, a resistência à mudança, a tentação de fazer prevalecer as nossas ideias em relação à Palavra de Deus. No entanto, a misericórdia de Deus, permitiu-nos purificar nosso coração e continuar nosso caminho. Isto fez-nos compreender que a sinodalidade exige arrependimento e conversão.

O *Relatório de Síntese* da Primeira Sessão da Assembleia chamou a atenção para um certo número de temas de grande relevância para a vida da Igreja, que o Santo Padre, no final de uma consulta internacional, confiou a Grupos de Estudo constituídos por pastores e peritos de todos os continentes, que trabalharão até junho de 2025. São eles: (1) as relações entre as Igrejas Orientais Católicas e a Igreja Latina; (2) a escuta do grito dos pobres e da Terra; (3) a missão no ambiente digital; (4) a revisão da formação nos Seminários; (5) questões teológicas e canônicas referentes a formas ministeriais específicas; (6) as relações entre Bispos, Religiosos, Agregações eclesiais; (7) alguns aspetos da figura e do ministério do Bispo; (8) o papel dos Núncios numa perspectiva sinodal missionária; (9) critérios teológicos e metodologias sinodais para um discernimento partilhado de questões doutrinárias, pastorais e éticas controversas; (10) a recepção dos frutos do caminho ecumênico no Povo de Deus.

A Segunda Sessão da Assembleia redigiu um *Documento final*, que faz o balanço de todos os passos dados até agora. Recolhe algumas convergências importantes que surgiram na Primeira Sessão, as contribuições vindas das Igrejas nos meses entre a Primeira e a

Segunda Sessões, e o que amadureceu, especialmente através da conversação no Espírito, durante a Segunda Sessão.

O texto, assumido pelo Papa como integrante do magistério pontifício, é composto por cinco partes: Chamados pelo Espírito Santo à conversão (Parte I), A conversão das relações (Parte II), A conversão dos processos (Parte III), A conversão dos vínculos (Parte IV), e Formar um povo de discípulos missionários (Parte V).

Parte I.

Chamados pelo Espírito Santo à conversão

A Igreja Povo de Deus, sacramento de unidade

Do Batismo brota a identidade do Povo de Deus. O processo sinodal fez-nos experimentar o que é ser Povo de Deus, reunido de todas as tribos, línguas, povos e nações, vivendo em contextos e culturas diversas. A Igreja não é a simples soma dos batizados, mas o sujeito comunitário e histórico da sinodalidade e da missão. No santo Povo de Deus, que é a Igreja, a comunhão dos fiéis (*communio fidelium*) é, ao mesmo tempo, a comunhão das Igrejas (*communio ecclesiarum*), que se manifesta na comunhão dos Bispos (*communio episcoporum*).

“No coração de Deus, há um lugar preferencial para os pobres” (EG 197), os marginalizados e excluídos e, por isso, também no coração da Igreja. Neles, a comunidade cristã encontra o rosto e a carne de Cristo, que sendo rico se fez pobre por nós, para nos enriquecer por meio de sua pobreza (cf. 2Cor 8,9). A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica. A Igreja é chamada a ser pobre com os pobres, a escutá-los e a considerá-los

sujeitos da evangelização, aprendendo juntos a reconhecer os carismas que eles recebem do Espírito.

A vocação e o serviço profético da Igreja consistem em testemunhar o plano de Deus de unir a si toda a humanidade na liberdade e na comunhão. A Igreja, que é “o Reino de Cristo já presente em mistério” (LG 3), “constitui o germe e o princípio deste mesmo Reino na Terra” (LG 5), caminhando junto com toda a humanidade e empenhando-se com todas as suas forças pela dignidade humana, o bem comum, a justiça e a paz, e “suspira pela consumação do Reino” (LG 5), quando Deus será “tudo em todos” (1Cor 15,28).

As raízes sacramentais do Povo de Deus

O caminho sinodal da Igreja levou-nos a redescobrir que a variedade das vocações, dos carismas e dos ministérios tem uma raiz: “todos nós fomos batizados num só Espírito para constituirmos um só Corpo” (1Cor 12,13). O Batismo é o fundamento da vida cristã. Em virtude do Batismo, “o Povo santo de Deus participa também da função profética de Cristo, difundindo o seu testemunho vivo, sobretudo pela vida de fé e de caridade” (LG 12).

Graças à unção do Espírito Santo recebida no Batismo, todos os fiéis possuem um instinto para a verdade do Evangelho, chamado *sensus fidei*. O exercício do *sensus fidei* tem como objetivo alcançar aquele consenso dos fiéis (*consensus fidelium*), que constitui um critério seguro para determinar se uma determinada doutrina ou prática pertence à fé apostólica.

Existe uma estreita ligação entre *synaxis* e *synodos*, entre a assembleia eucarística e a assembleia sinodal. Embora sob formas diferentes, em ambas se realiza a promessa de Jesus de estar presente onde dois ou três estiverem reunidos em seu nome (*cf.* Mt 18,20). As assembleias sinodais são acontecimentos que celebram a união de Cristo com a sua Igreja, através da ação do Espírito. Para isso, solicitamos a constituição de um Grupo de Estudo específico, que reflita sobre o modo de tornar as celebrações litúrgicas mais expressivas da sinodalidade.

Significado e dimensões da sinodalidade

Os termos “sinodalidade” e “sinodal” derivam da antiga e constante prática eclesial de reunir-se em sínodo. As tradições das Igrejas do Oriente e do Ocidente, envolvendo uma pluralidade de sujeitos, foram cada vez mais associadas ao desejo de uma Igreja mais próxima das pessoas e mais relacional, uma Igreja casa e família de Deus.

A sinodalidade, que está na base deste Documento, é o caminhar junto dos cristãos com Cristo para o Reino de Deus, em união com toda a humanidade. Orientada para a missão, implica o encontro em assembleia nos diversos níveis da vida eclesial, a escuta recíproca, o diálogo, o discernimento comunitário, a formação de consensos como expressão da presença de Cristo no Espírito e a tomada de decisão em uma corresponsabilidade diferenciada.

A sinodalidade designa três aspetos distintos da vida da Igreja: (1) caminhar juntos e reunir-se em assembleia do Povo de Deus, convocada pelo Senhor Jesus na força do Espírito Santo para anunciar o Evangelho; (2) num sentido mais específico, as es-

truturas e os processos eclesiais nos quais se exprime a natureza sinodal da Igreja a nível institucional, nos vários níveis da sua realização - local, regional, universal -; (3) o modo específico de viver e agir da Igreja, Povo de Deus, que manifesta e realiza concretamente o seu ser comunhão no ‘caminhar juntos’, na reunião em assembleia e na participação ativa de todos os seus membros em sua missão evangelizadora.

A sinodalidade não é um fim em si mesma; ela visa a missão que Cristo confiou à Igreja no Espírito. Evangelizar é a missão essencial da Igreja. Sinodalidade e missão estão intimamente ligadas: a missão ilumina a sinodalidade e a sinodalidade impele à missão.

A unidade como harmonia

No seio de culturas e sociedades cada vez mais individualistas, a Igreja, “povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG 4), pode dar testemunho da força das relações fundadas na Trindade. O processo sinodal mostrou que o Espírito Santo suscita constantemente no Povo de Deus uma grande variedade de carismas e ministérios, no exercício da corresponsabilidade diferenciada de todos os batizados, homens e mulheres. Neste sentido, a sinodalidade oferece um quadro interpretativo mais adequado para compreender o próprio ministério hierárquico.

O processo sinodal pôs também em evidência o património espiritual das Igrejas Locais, nas quais e a partir das quais existe a Igreja católica, e a necessidade de articular as suas experiências. A Igreja foi sempre uma pluralidade de povos e línguas, com seus ritos, disciplinas e heranças teológicas e espirituais particulares,

de vocações, carismas e ministérios ao serviço da unidade comum. A unidade desta variedade é realizada por Cristo.

A sinodalidade favorece, igualmente, a valorização dos contextos como lugar onde se torna presente e se realiza a Igreja. Deste modo, as diferentes culturas podem compreender a unidade que está na base da sua pluralidade e abrir-se ao intercâmbio de dons. A unidade da Igreja não é a uniformidade, mas a integração orgânica das legítimas diversidades.

Em toda a parte do mundo, os cristãos vivem lado a lado com pessoas que não são batizadas e que servem a Deus praticando religiões diferentes.

A espiritualidade sinodal e sinodalidade como profecia social

A sinodalidade é uma disposição espiritual que permeia a vida quotidiana dos batizados. Ela nasce da ação do Espírito Santo e requer a escuta da Palavra de Deus, a contemplação, o silêncio e a conversão do coração.

Por sua vez, o modo sinodal de viver as relações é uma forma de testemunho à sociedade. Vivemos numa época marcada pelo aumento das desigualdades, pela crescente desilusão com os modelos tradicionais de governo e pelo desencanto com o funcionamento da democracia. Práticas autênticas de sinodalidade permitem aos cristãos desenvolver uma cultura capaz de profecia crítica frente ao pensamento dominante, que sufoca as pessoas e não lhes permite serem sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

Parte II.

A conversão das relações

Novas relações

Ao longo do caminho do Sínodo, em todos os continentes, emergiu o apelo a uma Igreja mais capaz de alimentar relações: com o Senhor, entre homens e mulheres, nas famílias, nas comunidades, entre todos os cristãos, entre grupos sociais, entre as religiões, com a criação. Não faltaram aqueles que partilharam o sofrimento de se sentirem excluídos ou julgados na própria Igreja, devido à sua situação matrimonial, de identidade e sexualidade.

Para ser uma Igreja sinodal é necessário, portanto, uma verdadeira conversão relacional. Temos de reaprender do Evangelho que o cuidado das relações não é uma estratégia ou o instrumento para uma maior eficácia organizacional, mas é o modo como Deus Pai se revelou em Jesus e no Espírito. A necessidade da conversão nas relações diz respeito, especialmente, às relações entre homens e mulheres. A diferença sexual constitui a base das relações humanas. E, no plano de Deus, esta diferença original não implica desigualdade entre homem e mulher. Esta diferença, dom de Deus, é fonte de vida.

Numa pluralidade de contextos

O apelo à renovação das relações, em Jesus, ressoa na pluralidade dos contextos nos quais seus discípulos vivem e realizam a missão da Igreja. Cada contexto tem riquezas peculiares, que é indispensável levá-las em conta, especialmente o pluralismo das culturas.

A abertura ao mundo permite-nos descobrir que em cada recanto do planeta, em cada cultura e em cada grupo humano, o Espírito lançou sementes do Evangelho. Estas dão fruto na capacidade de viver relações sadias, de cultivar a confiança mútua e o perdão, de vencer o medo da diversidade e dar vida a comunidades acolhedoras, de promover uma economia atenta às pessoas e ao planeta, e de reconciliar-se depois de um conflito.

A falta de abertura à diversidade está na raiz dos males que afligem nosso mundo, a começar pelas guerras e conflitos armados e a ilusão de que uma paz justa pode ser alcançada pela força das armas. A falta de abertura à diversidade está na raiz de males que se manifestam também na Igreja. A crise dos abusos, nas suas diversas e trágicas manifestações, trouxe sofrimentos indescritíveis e, muitas vezes, duradouros às vítimas e aos sobreviventes, bem como às suas comunidades. A escuta autêntica é um elemento fundamental no caminho para a cura, o arrependimento, a justiça e a reconciliação.

Carismas, vocações e ministérios para a missão

Os cristãos, pessoalmente ou em forma associada, são chamados a fazer frutificar os dons que o Espírito concede em vista do testemunho e do anúncio do Evangelho. Na comunidade cristã, todos

os batizados são enriquecidos com dons para partilhar, cada um segundo a sua vocação e a sua condição de vida.

As diversas vocações eclesiais são, de fato, expressões múltiplas e articuladas do único chamamento batismal à santidade e à missão. Estes dons não são propriedade exclusiva de cada batizado, são dados para a missão na família e outros estados de vida, no trabalho e nas profissões, no empenho cívico ou político, social ou ecológico, na elaboração de uma cultura inspirada no Evangelho, bem como em uma evangelização inculturada no espaço digital.

Em virtude do Batismo, homens e mulheres têm igual dignidade no seio do Povo de Deus. No entanto, as mulheres continuam a encontrar obstáculos para obter um reconhecimento mais pleno dos seus carismas, de sua vocação e de seu lugar na vida da Igreja, em detrimento do serviço à missão comum. Elas constituem a maioria dos que frequentam as igrejas; são particularmente ativas na vida das pequenas comunidades cristãs e nas paróquias; exercem cargos de autoridade ou são responsáveis pela comunidade. Não há razões que impeçam as mulheres de assumir funções de liderança na Igreja, inclusive o acesso delas ao ministério diaconal.

No seio da comunidade cristã, atenção especial deve ser dada: (1) às crianças, sua voz é necessária para a comunidade; (2) aos jovens, que têm também um contributo a dar para a renovação sinodal da Igreja, por vezes, com uma postura crítica; (3) às pessoas com deficiência, pois elas também se sentem chamadas e enviadas como sujeitos ativos de evangelização; (4) aos esposos, pois o sacramento do matrimônio atribui uma missão peculiar à vida da família, à edificação da Igreja e ao empenho na sociedade; (5) à

vida consagrada, chamada a interpelar a Igreja e a sociedade com a sua voz profética.

Nem todos os carismas devem ser configurados como ministérios, nem todos os batizados devem ser ministros e nem todos os ministérios devem ser instituídos. Para que um carisma seja configurado como ministério, é necessário que a comunidade identifique uma verdadeira necessidade pastoral, acompanhada de um discernimento feito pelo Pastor, juntamente com a comunidade, sobre a oportunidade de se criar um novo ministério.

Numa Igreja sinodal missionária, é preciso multiplicar o número de ministérios laicais e não só no âmbito litúrgico. A Assembleia também reconheceu a contribuição para a compreensão da fé e o discernimento oferecido pela teologia. Na Igreja sinodal e missionária, o carisma da teologia é chamado a prestar um serviço específico: contribuir para o conhecimento cada vez mais profundo do Evangelho.

O ministério ordenado ao serviço da harmonia

Como todos os ministérios da Igreja, o episcopado, o presbitariado e o diaconato estão ao serviço do anúncio do Evangelho e da edificação da comunidade eclesial.

Quanto ao ministério do Bispo, sua função é presidir a uma Igreja local, como princípio visível de unidade no seu interior e vínculo de comunhão com todas as Igrejas. Quem é ordenado Bispo não pode desempenhar sua missão sozinho. Pelo contrário, recebe a graça e a tarefa de reconhecer e discernir, em unidade, os dons que o Espírito derrama sobre as pessoas e sobre as comunidades, trabalhando com os Presbíteros e os Diáconos, que com ele são

corresponsáveis pelo serviço ministerial na Igreja local. Ao fazer isto, realiza aquilo que é mais próprio e específico da sua missão no contexto da solicitude pela comunhão das Igrejas.

O ministério do Bispo é um serviço na, com e para a comunidade, por isso a Assembleia Sinodal deseja que o Povo de Deus tenha mais voz na escolha dos Bispos. Recomenda também que a ordenação do Bispo aconteça na Diocese para a qual é destinado como Pastor e não na Diocese de origem. Deste modo, fará mais sentido que aquele que se torna Bispo contraia um vínculo com a Igreja a que é destinado, assumindo publicamente perante ela os compromissos de seu ministério.

Com o Bispo, estão os Presbíteros e Diáconos. Os Presbíteros “constituem com o seu Bispo um presbitério” e são chamados a viver a fraternidade presbiteral e a caminhar juntos no serviço pastoral. Os Presbíteros membros dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica também fazem parte do presbitério.

Já os Diáconos, eles são ordenados “não em ordem ao sacerdócio, mas ao ministério” (LG 29), particularmente no serviço da caridade, no anúncio e na liturgia, mostrando em cada contexto social e eclesial em que estão presentes, a relação entre Evangelho anunciado e vida vivida no amor, especialmente junto aos mais pobres.

A colaboração entre os ministros ordenados na Igreja Sinodal

Também foram ouvidas as dificuldades que os pastores encontram no seu ministério, principalmente as relacionadas com um sentimento de isolamento, de solidão, bem como de se sentirem sobrecarregados diante de tantas necessidades. A experiência do Sínodo pode ajudar Bispos, Presbíteros e Diáconos a redescobrir a corresponsabilidade no exercício do ministério, que exige também a colaboração com os outros membros do Povo de Deus.

Uma distribuição mais articulada das tarefas e das responsabilidades, um discernimento mais corajoso daquilo que pertence propriamente ao ministério ordenado e daquilo que pode e deve ser delegado a outros, ajudará também a superar o clericalismo, entendido como o uso do poder em benefício próprio e distorção da autoridade da Igreja que está ao serviço do Povo de Deus.

Juntos pela missão

Ao longo da história da Igreja, a resposta às necessidades da comunidade e da missão deu origem a ministérios, distintos dos ordenados. Estes ministérios são a forma que os carismas assumem quando são reconhecidos publicamente pela comunidade e por aqueles que têm a responsabilidade de os orientar, e são colocados de forma estável ao serviço da missão.

De particular relevância são os ministérios instituídos, conferidos pelo Bispo, uma vez na vida, com um rito específico, depois de um discernimento apropriado e de uma formação adequada

dos candidatos. Na Igreja latina, trata-se do ministério do leitor, do acólito e do ministério do catequista.

A estes juntam-se os ministérios não-instituídos ritualmente, mas exercidos com estabilidade por mandato da autoridade competente como, por exemplo, o ministério de coordenar uma pequena comunidade eclesial, de orientar a oração da comunidade, de organizar ações caritativas, etc. Mesmo que não exista um rito prescrito, é oportuno tornar pública suas atribuições, através de um mandato perante a comunidade, para favorecer seu reconhecimento efetivo.

Há também ministérios extraordinários, que podem ser conferidos a leigos e leigas, como o ministério da comunhão, a presidência das celebrações dominicais na ausência de Presbítero, a administração de certos sacramentais, bem como ministros extraordinários do Batismo e de testemunhas qualificadas do Sacramento do Matrimônio.

Finalmente, há os serviços espontâneos, que não precisam de reconhecimentos explícitos, mostrando que todos os fiéis, de vários modos, participam na missão através dos seus dons e carismas.

Parte III.

A conversão dos processos

Escuta, discernimento e tomada de decisão são três práticas estreitamente interligadas. Os processos de tomada de decisão necessitam de discernimento eclesial, o que requer a escuta num clima de confiança, que a transparência e a prestação de contas apoiam. A confiança deve ser mútua: aqueles que tomam as decisões precisam confiar e escutar o Povo de Deus que, por sua vez, precisa confiar naqueles que exercem a autoridade.

O discernimento eclesial para a missão

Trata-se de um discernimento ‘eclesial’, exercido pelo Povo de Deus, em vista da missão. Serve-se de todos os dons de sabedoria que o Senhor distribui na Igreja e se enraíza no *sensus fidei*. Mais que uma técnica organizativa, é uma prática espiritual a ser vivida na fé. Requer liberdade interior, humildade, oração, confiança recíproca, abertura à novidade e abandono à vontade de Deus. Nunca é a afirmação de um ponto de vista pessoal ou de um grupo, nem se resolve na simples soma de opiniões individuais; cada um, falando segundo a sua consciência, abre-se à escuta daquilo

que os outros em consciência partilham, para procurarem juntos reconhecer “o que o Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7).

A escuta da Palavra de Deus é o ponto de partida e o critério de todo o discernimento eclesial. Além dela, Deus se comunica com o seu povo através dos elementos da Criação, cuja própria existência remete à ação do Criador e está repleta da presença do Espírito que dá vida. Por fim, Deus fala também na consciência pessoal de cada um, que é “o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser” (GS 16). Isso exige o contínuo cuidado e formação da consciência e o amadurecimento do *sensus fidei*, para não negligenciar nenhum dos lugares onde Deus fala e vem ao encontro do seu Povo.

As etapas do discernimento eclesial podem ser articuladas de diversos modos, segundo os lugares e as tradições. Também com base na experiência sinodal, é possível identificar alguns elementos-chave que não devem faltar: (1) a apresentação clara do objeto a ser discernido; (2) um tempo conveniente para se preparar com a oração, a escuta da Palavra de Deus e a reflexão sobre o tema; (3) uma disposição interior de liberdade em relação aos próprios interesses, pessoais e de grupo, e o empenho na busca do bem comum; (4) uma escuta atenta e respeitosa da palavra de cada um; (5) a procura de um consenso, o mais amplo possível; (6) a formulação do consenso alcançado e a sua apresentação a todos os participantes.

Com base no discernimento amadurecerá a decisão oportuna, que comprometa a adesão de todos, mesmo quando a própria opinião não foi acolhida, seguida de um tempo de recepção na comunidade, que poderá levar a verificações e avaliações sucessivas.

O discernimento realiza-se sempre num contexto concreto e, para que seja efetivamente ‘eclesial’, é necessário: uma adequada exegese dos textos bíblicos; um conhecimento dos Padres da Igreja, da Tradição e dos ensinamentos do magistério; e a contribuição da teologia, das ciências humanas, históricas, sociais e administrativas.

A articulação dos processos de decisão

Favorecer a participação mais ampla possível de todo o Povo de Deus nos processos de decisão, é o caminho mais eficaz para promover uma Igreja sinodal. Já os Padres da Igreja diziam: “nada sem o Bispo”, “nada sem o conselho dos Presbíteros”; “nada sem o consentimento do Povo”.

Dentro deste quadro de referência eclesiológica está o compromisso de promover a participação com base numa corresponsabilidade diferenciada. Cada membro da comunidade deve ser respeitado, valorizando suas capacidades e seus dons, em vista de uma tomada da decisão partilhada.

É fundamental a articulação dos processos de decisão. Normalmente implica uma fase de consulta e um discernimento comum, que informa e apoia a posterior tomada de decisão, que é da responsabilidade da autoridade competente. Não há concorrência ou conflito entre as duas fases quando há uma efetiva reciprocidade entre a assembleia e quem a preside, num clima de abertura ao Espírito e de confiança mútua, em busca de um consenso possivelmente unânime. Na Igreja, o exercício da autoridade não consiste na imposição de uma vontade arbitrária.

Transparência, prestação de contas, avaliação

A tomada de decisão não conclui o processo. Ela deve ser acompanhada e seguida de práticas de prestação de contas e de avaliação, num espírito de transparência, inspirado em critérios evangélicos. A prestação de contas do próprio ministério à comunidade pertence à tradição mais antiga, que remonta à Igreja apostólica, que prezava pela verdade, lealdade, clareza, honestidade, integridade, coerência, rejeição da opacidade, da hipocrisia e da ambiguidade e ausência de segundas intenções.

A falta de transparência é uma das consequências do clericalismo e, ao mesmo tempo, o alimenta. Baseia-se no pressuposto implícito de que aqueles que detêm a autoridade na Igreja não devem prestar contas de suas ações e decisões, como se estivessem fora ou acima do Povo de Deus. Para isso, são necessárias estruturas e formas de avaliação regulares sobre o modo como são exercidas as responsabilidades em todos os ministérios, tais como: (1) o funcionamento efetivo dos Conselhos para os Assuntos Econômicos; (2) o envolvimento do Povo de Deus, em particular dos membros mais competentes, no planejamento pastoral e econômico; (3) a predisposição e a publicação de uma prestação de contas econômica e sobre o desempenho da missão, anualmente; (4) a avaliação periódica do desempenho de todos os ministérios e cargos na Igreja.

Sinodalidade e organismos de participação

Como organismos de participação a nível da Igreja local, o direito canônico já prevê: o Sínodo diocesano, o Conselho presbiteral, o Conselho pastoral diocesano, o Conselho pastoral paroquial e

o Conselho diocesano e paroquial para os assuntos econômicos. Eles constituem um dos âmbitos mais promissores de atuação para uma rápida implementação das orientações sinodais, que leve a mudanças perceptíveis em pouco tempo.

Uma Igreja sinodal baseia-se na existência, na eficiência e na vitalidade efetiva, e não apenas nominal, destes órgãos de participação, bem como no seu funcionamento de modo sinodal, de acordo com as disposições canônicas ou os costumes legítimos. Quanto à sua composição, quando não está prevista a eleição, deve ser efetuada uma consulta sinodal da comunidade ou da Igreja local, para então a autoridade proceder à nomeação com base nos seus resultados, respeitando a articulação entre consulta e deliberação. Deve-se favorecer a participação nestes organismos de um maior número de mulheres, de jovens e dos que vivem em condições de pobreza ou marginalização.

Para uma Igreja sinodal é imprescindível a criação de redes de Conselhos pastorais no âmbito das comunidades de base, paróquias, zonas e diocese, e que se reúnam regularmente. A Assembleia propõe que se dê maior relevo ao Sínodo diocesano, como órgão de consulta regular da parte do Bispo à porção do Povo de Deus que lhe foi confiada, como lugar de escuta, oração e discernimento, em particular quando se trata de decisões relevantes para a vida e a missão de uma Igreja local. Este pode ser também um âmbito do exercício da prestação de contas e da avaliação.

Parte IV.

A conversão dos vínculos

Enraizados e peregrinos

A Igreja está sempre enraizada num território concreto, num espaço e num tempo onde se forma uma experiência comum de encontro com Deus que salva. A dimensão local da Igreja preserva a rica diversidade das expressões de fé, enraizadas em contextos culturais e históricos específicos, base para a comunhão das Igrejas e da comunhão dos fiéis no seio da única Igreja.

Hoje, a experiência do enraizamento está confrontada com as profundas mudanças socioculturais que estão modificando a percepção dos lugares. O conceito de lugar já não pode ser entendido em termos puramente geográficos e espaciais, pois evoca também a pertença a uma rede de relações e a uma cultura, cujas raízes territoriais são mais dinâmicas e flexíveis que antes.

A urbanização é um dos principais fatores desta mudança: hoje, pela primeira vez na história da humanidade, a maior parte da população no mundo vive em cidades. As grandes cidades são frequentemente aglomerados humanos sem história nem identidade,

nas quais as pessoas vivem como ilhas. Os laços territoriais tradicionais mudam de significado, tornando menos definidos os limites entre paróquia e entre dioceses. A Igreja é chamada a viver nestes contextos, reconstruindo a vida comunitária, dando um rosto a realidades anônimas e tecendo relações fraternas.

Os nossos tempos caracterizam-se também por uma mobilidade humana crescente, motivada por várias razões. Refugiados e migrantes formam frequentemente comunidades dinâmicas, também nas suas práticas religiosas, tornando pluricultural o local onde se instalam. Por sua vez, os habitantes dos locais de imigração são igualmente confrontados com o acolhimento de quem chega. Todos experimentam o impacto provocado pelo encontro com a diversidade de proveniência geográfica, cultural e linguística e são chamados a construir comunidades interculturais.

A difusão da cultura digital, particularmente entre os jovens, está também alterando profundamente a percepção do espaço e do tempo, influenciando as atividades quotidianas, as comunicações e as relações interpessoais, incluída a fé. As possibilidades oferecidas pelas redes reconfiguram relações, laços e fronteiras. Embora hoje estejamos mais conectados que nunca, sentimos frequentemente a solidão e a marginalização. Além disso, as redes sociais podem ser utilizadas por interesses económicos e políticos, manipulando as pessoas e divulgando ideologias e gerando polarizações agressivas.

Estas mudanças sociais e culturais exigem que a Igreja repense o significado da sua dimensão 'local' e questione as suas formas organizativas, a fim de melhor desempenhar sua missão. Embora reconhecendo o valor do enraizamento em contextos geográficos e culturais concretos, é indispensável compreender o 'lugar' como

a realidade histórica em que a experiência humana toma forma. É aí, na teia de relações que se estabelecem, que a Igreja é chamada a exprimir a sua sacramentalidade (*cf.* LG 1) e a realizar sua missão.

No campo eclesial, a Igreja local é o âmbito fundamental no qual a comunhão em Cristo dos batizados se manifesta de modo mais pleno. Nela, uma das principais articulações que a história nos transmitiu é a paróquia. As mudanças na concepção e no modo de viver a relação com o território exigem que se repense sua configuração.

Reconhecemos os Institutos de Vida Consagrada, as Sociedades de Vida Apostólica, bem como as Associações, Movimentos e Novas Comunidades, em sua capacidade de se enraizar no território e, ao mesmo tempo, de ligar lugares e âmbitos diferentes, mesmo a nível nacional ou internacional. Muitas vezes, é sua ação, juntamente com a de tantas pessoas individuais e grupos informais, que leva o Evangelho aos mais diversos lugares, onde se imaginam e se constroem novas formas de viver juntos.

A valorização dos lugares ‘intermédios’ entre a Igreja local e a Igreja inteira – como são a província eclesiástica e os agrupamentos de Igrejas a nível nacional ou continental – pode também favorecer uma presença mais significativa da Igreja nos diferentes lugares de nosso tempo.

Intercâmbio de dons

O intercâmbio de dons envolve todas as dimensões da vida da Igreja, dinamicamente articulada na comunhão das Igrejas locais, agrupadas em âmbito nacional, continental e da Igreja inteira. A Igreja, a nível local, precisa ser uma rede de relações, através

da qual se promova a profecia da cultura do encontro, da justiça social, da inclusão dos grupos marginais, da fraternidade entre os povos, do cuidado da casa comum. O exercício concreto desta profecia exige que os bens de cada Igreja sejam partilhados em espírito de solidariedade, sem paternalismos nem assistencialismos, respeitando as diferentes identidades e promovendo uma sã reciprocidade.

Por sua vez, o intercâmbio de dons e a partilha dos recursos entre Igrejas locais de diferentes regiões favorecem a unidade da Igreja, da mesma forma que é necessário trabalhar para que as ajudas econômicas não degenerem em assistencialismo.

Neste caminho, uma Igreja sinodal compromete-se a caminhar, nos diversos lugares onde vive, com outras religiões, partilhando gratuitamente a alegria do Evangelho e acolhendo com gratidão os respectivos dons: construir juntos, todos como irmãos e irmãs, num espírito de intercâmbio e ajuda mútua.

Vínculos para a unidade: Conferências Episcopais e Assembleias Eclesiais

As Conferências Episcopais exprimem e realizam a colegialidade dos Bispos, para favorecer a comunhão entre as Igrejas e responder mais eficazmente às necessidades da vida pastoral. São um instrumento fundamental para criar laços, partilhar experiências e boas práticas entre as Igrejas, para inculturar a vida cristã e expressar a fé nas diversas culturas. Elas desempenham também um papel importante no desenvolvimento da sinodalidade, com o envolvimento de todo o Povo de Deus.

A Assembleia julgou importante: (1) refletir sobre o estatuto teológico e jurídico das Conferências Episcopais; (2) definir o âmbito de sua competência doutrinal e disciplinar, sem comprometer a autoridade do Bispo na Igreja que lhe foi confiada e sem pôr em risco a unidade e a catolicidade da Igreja; (3) fazer uma avaliação da experiência do funcionamento efetivo das Conferências Episcopais, das relações entre os episcopados e com a Santa Sé; (4) especificar o vínculo eclesial que as decisões tomadas por uma Conferência Episcopal geram para a diocese e seu Bispo, que participou nessas mesmas decisões.

No processo sinodal, as sete Assembleias Eclesiais Continentais, realizadas no início de 2023, representaram uma novidade relevante e são um legado a valorizar como modo eficaz de implementar a renovação conciliar em cada grande território socio-cultural. O seu estatuto teológico e canônico, bem como o das Conferências Episcopais, deverá ser melhor esclarecido, para se poder explorar suas potencialidades no desenvolvimento de uma Igreja sinodal.

Nas Assembleias Eclesiais (regionais, nacionais, continentais), os membros que exprimem e representam a variedade do Povo de Deus (incluindo os Bispos), participam no discernimento que permitirá aos Bispos, colegialmente, tomar as decisões a que estão obrigados em virtude do ministério que lhes foi confiado. Esta experiência mostra como a sinodalidade permite articular concretamente o envolvimento de *todos* (o santo Povo de Deus) e o ministério de *alguns* (o colégio dos Bispos) no processo de decisões sobre a missão da Igreja.

O serviço do Bispo de Roma

O processo sinodal ajudou também a rever a forma de exercício do ministério do Bispo de Roma à luz da sinodalidade. Com efeito, a sinodalidade articula de modo sinfônico as dimensões comunitária (*todos*), colegial (*alguns*) e pessoal (*um*) das Igrejas locais e de toda a Igreja. Nesta perspectiva, o ministério petrino é inerente à dinâmica sinodal, assim como o aspeto comunitário, que inclui todo o Povo de Deus e a dimensão colegial do ministério episcopal.

Podemos, pois, compreender o alcance da afirmação conciliar, segundo a qual, existem legitimamente Igrejas particulares com tradições próprias, sem detrimento do primado da cátedra de Pedro, que preside a universal assembleia da caridade, protege as legítimas diversidades e vigia para que as particularidades contribuam para a unidade e de forma alguma a prejudiquem.

A reflexão sobre o exercício do ministério petrino em clave sinodal deve ser conduzida na perspectiva da “salutar ‘descentralização’” (EG 16) pedida pelo Papa Francisco e solicitada por muitas Conferências Episcopais. Na formulação que lhe dá a Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium*, ela implica “deixar à competência dos Pastores a faculdade de resolver, no exercício da ‘sua própria tarefa de mestres’ e de Pastores, as questões que eles conhecem bem e que não tocam a unidade da doutrina, da disciplina e da comunhão da Igreja, agindo sempre com aquela corresponsabilidade, que é fruto e expressão daquele específico *mysterium communionis*, que é a Igreja” (PE II, 2).

Neste particular, a Constituição Apostólica *Praedicate Evangelium* configurou o serviço da Cúria Romana em sentido sinodal e mis-

sionário, insistindo que ela “não se coloque entre o Papa e os Bispos, mas ponha-se ao serviço de ambos, segundo as modalidades que são próprias da natureza de cada um” (PE I, 8). A sua aplicação deve promover uma maior colaboração entre os Dicasterios e favorecer a escuta das Igrejas locais. Na lógica da transparência e da prestação de contas, acima delineada, poderiam eventualmente ser previstas formas de avaliação periódica do trabalho da Cúria.

Entre os lugares para praticar a sinodalidade e a colegialidade a nível de toda a Igreja, destaca-se certamente o Sínodo dos Bispos, que a Constituição Apostólica *Episcopalis communio* transformou de evento a processo eclesial. A forma do exercício da autoridade episcopal está chamada a assumir uma forma de ser constitutivamente relacional e, por isso, sinodal para a missão. No aprofundamento da identidade do Sínodo dos Bispos, é essencial que a articulação entre o envolvimento de *todos* (o santo Povo de Deus), o ministério de *alguns* (o Colégio dos Bispos) e a presidência de *um* (o Sucessor de Pedro) apareça e se realize concretamente no processo sinodal e nas Assembleias.

Parte V.

Formar um povo de discípulos missionários

Para que o santo Povo de Deus possa testemunhar a todos a alegria do Evangelho, crescendo na prática da sinodalidade, precisa de uma formação adequada. Uma formação em estilo sinodal promove a consciência de que os dons recebidos no Batismo são talentos a fazer frutificar para o bem de todos; não podem ser escondidos ou permanecer inoperantes.

A formação dos discípulos missionários começa com a Iniciação Cristã e nela se enraíza. Às vezes, terminado o caminho da Iniciação, a ligação com a comunidade enfraquece e a formação é descuidada. Um dos pedidos que emergiu com maior força durante o processo sinodal é que a formação seja integral, contínua e partilhada. O seu objetivo não é apenas a aquisição de conhecimentos teóricos, mas a promoção de capacidade de abertura e encontro, de partilha e colaboração, de reflexão e discernimento em comum, de leitura teológica das experiências concretas.

Deve, portanto, interpelar todas as dimensões da pessoa (intelectual, afetiva, relacional e espiritual) e incluir experiências concretas, devidamente acompanhadas. Igualmente marcante foi a insistência na necessidade de uma formação conjunta entre homens e mulheres, leigos, consagrados, ministros ordenados e

candidatos ao ministério ordenado, permitindo assim crescer no conhecimento, na estima recíproca e na capacidade de colaboração mútua.

Entre as práticas formativas que podem receber novo impulso a partir da sinodalidade está a catequese, para que seja cada vez mais “em saída” e missionária. Em muitas Igrejas, os catequistas são sujeitos fundamentais no acompanhamento e na formação.

Para além dos ambientes e recursos especificamente pastorais, a comunidade cristã está presente em numerosas outras instituições formativas, como a escola, a formação profissional, a universidade, a formação para o serviço social e político, o mundo do esporte, da música e da arte. Apesar da diversidade dos contextos culturais, que determinam práticas e tradições muito diferentes entre si, as instituições formativas de inspiração católica estão frequentemente em contato com pessoas que não frequentam outros ambientes eclesiais. Inspiradas nas práticas da sinodalidade, podem tornar-se um laboratório de relações fraternas e participativas.

Ao longo do processo sinodal, foi amplamente expresso o pedido de que os percursos de discernimento e formação dos candidatos ao ministério ordenado sejam configurados em estilo sinodal. Isso implica a presença significativa de mulheres no processo formativo e uma inserção na vida quotidiana das comunidades, o que implica um investimento corajoso na preparação dos formadores. A Assembleia pede uma revisão dos conteúdos da formação, incorporando as solicitações amadurecidas no Sínodo, traduzidas em indicações concretas para uma formação na sinodalidade.

Hoje há um impacto do ambiente digital sobre processos de aprendizagem, na capacidade de concentração, na percepção de si e do mundo, e na construção de relações interpessoais. A cultura digital constitui uma dimensão crucial do testemunho da Igreja na cultura contemporânea, bem como um campo missionário emergente. Por isso, é necessário ter cuidado para que a mensagem cristã esteja presente em rede de modo fiável, não distorcendo seu conteúdo de modo ideológico. Embora o digital tenha um grande potencial para melhorar a nossa vida, também pode causar danos e feridas através do *bullying*, da desinformação, da exploração sexual e da dependência.

Outro âmbito de grande relevo é a promoção, em todos os ambientes eclesiais, de uma cultura da proteção (*safeguarding*) para tornar as comunidades lugares cada vez mais seguros para os menores e as pessoas vulneráveis. Já se começou o trabalho para dotar as estruturas da Igreja de regulamentos e procedimentos jurídicos que permitam a prevenção de abusos e de comportamentos inadequados.

Também os temas da Doutrina Social da Igreja, do empenho pela paz e a justiça, do cuidado da casa comum e o diálogo intercultural e inter-religioso devem conhecer maior difusão entre o Povo de Deus, para que a ação dos discípulos missionários incida na construção de um mundo mais justo e fraterno. O empenho na defesa da vida e dos direitos da pessoa, pelo justo ordenamento da sociedade, pela dignidade do trabalho, por uma economia justa e solidária ou pela ecologia integral, fazem parte da missão evangelizadora que a Igreja é chamada a viver e encarnar na história.

Conclusão. Um banquete para todos os povos

A mesa que o Senhor prepara para os seus discípulos depois da Páscoa é o sinal de que o banquete escatológico já começou. Tem relação com a imagem do banquete do profeta Isaías que inspirou o trabalho da Assembleia sinodal: uma mesa superabundante e deliciosa, preparada pelo Senhor no cume do monte, símbolo de convívio e comunhão de todos os povos (*cf.* Is 25,6-8).

Ao vivermos o processo sinodal, tomamos consciência de que a salvação a acolher e a anunciar passa pelas relações. Salvação é um dom que se vive e se testemunha juntos. A história, hoje, está tragicamente marcada por guerras, lutas de poder, injustiças e abusos. Sabemos, porém, que o Espírito colocou no coração de cada ser humano o desejo de relações autênticas e de vínculos verdadeiros. A própria criação fala de unidade e de partilha, de variedade e de entrelaçamento entre diversas formas de vida. Tudo nasce da harmonia e tende para a harmonia, mesmo quando sofre a ferida devastadora do mal.

O sentido último da sinodalidade é o testemunho que a Igreja é chamada a dar do Deus Uno e Trino, Harmonia do amor que se derrama para além de si mesmo, para ser dado ao mundo.

Agenor Brighenti



Sacerdote brasileiro da diocese de Tubarão (Brasil). Doutor em teologia pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica) e professor emérito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Brasil). É professor do Centro de Formação Cebitepal do Conselho Episcopal Latino-Americano e do Caribe (Celam), com sede em Bogotá (Colômbia). Foi perito na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada em Santo Domingo (República Dominicana) em 1992, e na V Conferência Geral, realizada em Aparecida (Brasil) em 2007. Também foi perito da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica (2019) e membro experto da comissão teológica da Secretaria Geral do Sínodo e perito da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos sobre sinodalidade (2021 - 2024).

Atualmente coordena da Equipe de Reflexão Teológico-Pastoral do Celam. Também foi o coordenador do processo de elaboração do Rito Amazônico para a Conferência Eclesial da Amazônia (Ceama).

É autor de mais de 200 artigos em periódicos nacionais e internacionais e de dezenas de livros em vários idiomas, entre eles está *“Sinodalidade. O jeito de ser Igreja comunhão e participação”* (Editora Vozes, 2024). É membro do Conselho do Observatório Latino-Americano da Sinodalidade.

A Segunda Sessão da Assembleia Sinodal redigiu um Documento final, que faz o balanço de todos os passos dados até agora. Recolhe algumas convergências importantes que surgiram na Primeira Sessão, as contribuições vindas das Igrejas nos meses entre a Primeira e a Segunda Sessões, e o que amadureceu, especialmente através da conversação no Espírito, durante a Segunda Sessão.

O texto, assumido pelo Papa como integrante do magistério pontifício, é composto por cinco partes: Chamados pelo Espírito Santo à conversão (Parte I), A conversão das relações (Parte II), A conversão dos processos (Parte III), A conversão dos vínculos (Parte IV) e a Formar um Povo de discípulos missionários (Parte V).



Observatório
Latino-americano
da Sinodalidade

ISBN: 978-9915-9699-4-7

